

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

DANIEL DE GODOY ROCHA

**AS IMPLICAÇÕES DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO TEMA  
HOMOSSEXUALIDADE NA CDU**

GOIÂNIA  
2020

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE  
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):**

Nome completo do autor: Daniel de Godoy Rocha

Título do trabalho: As implicações das formas de representação do tema homossexualidade na EOU

**2. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

Daniel de Godoy Rocha  
(Nome completo do autor)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

Maria das Graças M. Castro  
(Nome completo do orientador)<sup>2</sup>  
Prof.<sup>a</sup> Maria das Graças M. Castro  
FIC/UFG - SIAPE - 2307069

Data: 29 / 05 / 20

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Versão abril de 2018

<sup>2</sup> As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento, imagens coladas não serão aceitas.

DANIEL DE GODOY ROCHA

**AS IMPLICAÇÕES DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO TEMA  
HOMOSSEXUALIDADE NA CDU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria das Graças Monteiro Castro

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rocha, Daniel de Godoy

As implicações das formas de representação do tema homossexualidade na CDU [manuscrito] / Daniel de Godoy Rocha. - 2020.

43 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria das Graças Monteiro Castro .  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia, Goiânia, 2020.

Inclui siglas.

1. Sistema de classificação. 2. Classificação Decimal Universal. 3. Representação da informação. 4. Homossexualidade . I. , Maria das Graças Monteiro Castro, orient. II. Título.

CDU 02

DANIEL DE GODOY ROCHA

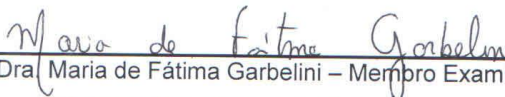
**AS IMPLICAÇÕES DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO TEMA  
HOMOSSEXUALIDADE NA CDU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás, aprovado em 29 de Janeiro de 2019, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:



---

Professora Dra. Maria das Graças Monteiro Castro – Presidente da Banca  
Universidade Federal de Goiás



---

Professora Dra. Maria de Fátima Garbelini – Membro Examinador  
Universidade Federal de Goiás

Dedico esse trabalho a você, Jane. Sem seu apoio em todos esses anos, especialmente no último eu jamais teria terminado a graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha mãe que sempre foi sinônimo de coragem e se dedicou em minha criação e das minhas irmãs, apoiando minhas decisões. Sem ela eu não estaria aqui para poder contribuir como posso em nossa sociedade.

Às minhas irmãs que sempre estão comigo desde nossa infância compartilhando momentos.

Ao apoio desde que entrei na faculdade de minha madrinha Fátima e meus avós, possibilitando minha permanência todos esses anos em Goiânia.

Aos meus amigos por me apoiarem em momentos difíceis durante a vida, especialmente nos últimos meses.

Agradeço ao curso de Biblioteconomia da UFG por ter me proporcionado oportunidades e aprendizados que levarei comigo por toda a vida.

E por fim, agradeço a mim por não ter desistido nesses 4 anos de faculdade e estadia em Goiânia, foram vários altos e baixos, mas que no final eu não me abati.

*Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte  
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte[...]  
Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro*

Belchior

## RESUMO

Este trabalho discute os conceitos de classificação e organização da informação. Propõe a discussão sobre como o termo homossexualidade é representado no sistema de Classificação Decimal Universal, a partir da análise das edições completas e impressas 1ª e 2ª edições de 1997 e 2007, respectivamente, disponíveis no Brasil e da versão online. O trabalho tem por objetivo compreender as diferentes formas de representação do tema nas versões do sistema de classificação pesquisadas. Trata-se de uma pesquisa teórico documental, realizada através de levantamento bibliográfico em bases de dados, nas edições impressas completas e versão online da Classificação Decimal Universal. Utiliza-se como autores principais Barbosa (1969), Piedade (1977, 1983), Pombo (1999) Fry e MacRae (1985), Giddens (1993), Porfírio (2002) e Sousa (2009). Como conclusão, o trabalho aponta para a falta de uma abordagem mais abrangente da temática da homossexualidade uma vez que, as edições analisadas representam o tema, em nossa perspectiva de uma forma preconceituosa para este estudo.

Palavras-chave: Classificação Decimal Universal. Representação da informação. Homossexualidade.

## ABSTRACT

This undergraduate final project discusses concepts of bibliographic classification and knowledge organization. Proposes a discussion around the homosexuality as a thematic and analyses the treatment that the Universal Decimal Classification provide to the subject in the complete press editions for Brazil, of 1997 and 2007 respectively and the online version. We seek to understand articulations about homosexuality and to observe classifications possibilities within the system. Using a methodological that follows documentary theoretical research, carried out through a bibliographic search, analysis of databases in full printed editions and in the online version of the Universal Decimal Classification. And based in principal authors as Barbosa (1969), Piedade (1977, 1983), Pombo (1999) Fry and MacRae (1985), Giddens (1993), Porfírio (2002) and Sousa (2009). The conclusion points to the lack of in-depth approaches regarding homosexuality, since the analysed editions represented this topic from a prejudiced point of view.

Keywords: Universal Decimal Classification. Information representation. Homosexuality.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Classificação da CDU conforme área do conhecimento .....	26
<b>Quadro 2</b> - Classificação de homossexualidade em 1997 .....	33
<b>Quadro 3</b> - Classificação de homossexualidade em 2007 .....	33
<b>Quadro 4</b> - Segunda classificação de homossexualidade em 2007 .....	34
<b>Quadro 5</b> - Classificação de homossexualidade na versão online .....	34
<b>Quadro 6</b> - Segunda classificação de homossexualidade na versão online .....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

CDU - Classificação Decimal Universal

CFP - Conselho Federal de Psicologia

IBCT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia

LGBT+ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, etc.

OMS - Organização Mundial da Saúde

UDC Consortium - Consortium *Universal Decimal Classification* / Consórcio da Classificação Decimal Universal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 AS ABORDAGENS TEMÁTICAS DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL</b>	<b>14</b>
<b>2 CONTEXTUALIZANDO O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE</b>	<b>27</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>32</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>36</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse neste trabalho surgiu nas aulas da disciplina de Linguagens de Classificação que se divide em momentos teóricos e práticos. Nas aulas teóricas são abordados assuntos como: a história dos sistemas de classificação, de que forma surgiram, quem os produziu, em que se embasaram etc. Nas aulas práticas são ensinados a consulta, o manuseio e a forma de aplicação desses sistemas, entre eles a Classificação Decimal Universal (CDU).

A CDU é um sistema de classificação que divide as áreas do conhecimento em 10 (dez) classes, tem duas edições completas em língua portuguesa para o Brasil. A 2ª edição classifica o tema homossexualidade em duas situações, ambas dentro da classe que trata das ciências médicas. Uma delas é classificada em psicopatologia sexual e a outra está relacionada a temas como promiscuidade, prostituição, devassidão etc.

A biblioteca entendida como um ambiente responsável pela formação de indivíduos necessita de atenção quanto à utilização de seus meios para a promoção da informação. É notório que vivemos em uma sociedade homofóbica, entretanto percebemos grandes avanços para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais etc. (LGBT+) nos últimos anos. Dito isso, ao utilizar sistemas que reafirmam o preconceito arraigado na sociedade e classificar os temas de uma forma engessada, como é apresentado em edições da CDU, a biblioteca propaga ainda mais essa discriminação e vai além, ela promove a desinformação, pois, usuários que buscarem livros com essa temática irão se deparar, também, com materiais que tratam de patologias, promiscuidade entre outros assuntos, deslegitimando todo o avanço da comunidade.

Em uma sociedade dita como a sociedade da informação, classificações como essas trazem prejuízo para todas as conquistas da comunidade. Como as bibliotecas são instituições que têm problemas com recursos financeiros, torna-se totalmente inviável a assinatura do sistema online disposto no site do *Universal Decimal Classification Consortium* (UDC Consortium), ou Consórcio da CDU. Sendo assim, é importante perceber e analisar criticamente as classificações das edições dos sistemas disponíveis para o país, pois são elas que são utilizadas nas escolas de Biblioteconomia e também nas bibliotecas em várias partes do Brasil.

## 2 AS ABORDAGENS TEMÁTICAS DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

A pesquisa pautou-se por uma abordagem teórico documental que buscou compreender o método de organização da CDU, a partir da apreensão de como o tema da homossexualidade é classificado, bem como fazer a recuperação do percurso histórico da representação do assunto neste sistema. A CDU é uma estrutura que divide as áreas do conhecimento com a finalidade de classificá-las, possibilitando a organização e a ordenação dos documentos nas unidades de informação. Para a pesquisa em questão, foram utilizadas as edições completas em língua portuguesa para o Brasil: 1ª e 2ª edições dos anos 1997 e 2007 respectivamente e observará a versão online que é encontrada no site<sup>1</sup> do *Universal Decimal Classification Consortium* - proprietário dos direitos autorais da CDU.

Entendemos como pressuposto nesta pesquisa que a temática da homossexualidade, ao longo do tempo, foi tratada neste sistema de classificação com uma categorização preconceituosa. Uma vez que nas primeiras edições o tema foi tratado em área das Ciências Médicas, mais especificamente na de Patologia e, em sua versão online, passa a ser entendido dentro da área que aborda sobre Ciências Sociais e também é classificado em Ciências Médicas subordinado a Higiene em Geral; Saúde e Higiene Pessoal.

A CDU online é a versão completa atualizada do sistema, nela é possível classificar homossexualidade sob dois primas: 3 – Ciências Sociais e 6 – Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia. Na classe 3 – Ciências Sociais, homossexualidade é classificada em Sociedade; Sociologia; Estrutura Social; Casamento e Família. Na classe 6 – Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia. O tema é subordinado a Ciências Médicas; Saúde e Higiene pessoal; Saúde e Higiene do Sistema Nervoso; Saúde e Ética. Deduz-se que a CDU on-line compreende homossexualidade como um comportamento ao categorizá-la em Ciências Sociais, entretanto, também classifica a homossexualidade como Saúde e Ética permanecendo o entendimento de homossexualidade com uma perspectiva de assuntos que tratam da saúde.

Essa pesquisa tem por objetivos: identificar como o termo homossexualidade é representado nas edições estudadas; analisar as possibilidades de classificação da

---

<sup>1</sup> <http://www.udc-hub.com/index.php>

temática da homossexualidade; e compreender de que forma o conhecimento humano é traduzido nesse sistema de classificação.

Para situar a discussão do tema proposto, recuperamos as classificações criadas pelos filósofos. Segundo Barbosa (1969, p. 43), “classificações filosóficas são as puramente teóricas, constituindo agrupamentos dos conhecimentos humanos segundo o ponto de vista de seus idealizadores”. A autora salienta que Platão (428-347 a. C.) agrupou os conhecimentos em: física, ética e lógica; que Aristóteles dividiu-os também em grupos: Ética (economia, política, direito), Artes recreativas, Teoria (matemática, física, teologia); e que Porfírio dividiu os conhecimentos partindo do geral para o particular e criou o sistema conhecido como Árvore de Porfírio (BARBOSA, 1969).

Nesse sentido, Piedade (1977) afirma que os princípios que orientam a classificação foram ditados por Aristóteles (384-322 a. C.) ao classificar as ciências e notar que o conhecimento das coisas que nos rodeiam não são simples e “são compostas de vários aspectos, que precisamos conhecer para as descrever e situar” (PIEADADE, 1977, p. 10). Anjos (2008) salienta que Aristóteles analisou processos pelos quais identificou coisas e ocorrências, isolou um único objeto de um grupo e percebeu que aquele objeto apresentava propriedades específicas não contidas nos outros do mesmo grupo “assim, começando com o gênero, podia-se chegar ao indivíduo ou espécie pela enumeração de propriedades que especificavam diferenças entre uma espécie e outra” (ANJOS, 2008, p. 41).

Nessa perspectiva, Piedade (1977, p. 53) afirma que as classificações filosóficas são as classificações:

Criadas pelos filósofos com a finalidade de definir e hierarquizar o conhecimento. Surgiram quando os sábios compreenderam que o Universo é um sistema harmônico, cujas partes estão dispostas em relação ao todo, que há uma hierarquia das causas e dos princípios e, portanto, uma hierarquia e uma relação entre as ciências que os estudam, e resolveram esquematizar estas hierarquias, criando as classificações filosóficas (PIEADADE, 1977, p. 53).

Sendo assim, percebe-se que os filósofos iniciaram um processo de classificação observando características em determinados objetos reunindo, separando e hierarquizando-os a partir de suas peculiaridades.

Anjos (2008) destaca que a classificação fornece uma certa verdade. Para ela, “a classificação dos seres está ligada, desde Platão, à capacidade dos conceitos de fornecer ‘verdade’, segurança, estabilidade frente a um mundo fenomênico e transitório em que a única coisa permanente é a mudança” (ANJOS, 2008, p. 86). Compreende-se então que, para a autora, a mudança é algo recorrente em nossa sociedade e que a classificação fornece uma veracidade das coisas.

Ela nomeia Aristóteles como o “autor da mais importante obra sobre categorias” (ANJOS, 2008, p. 86). Anjos (2008) complementa que o interesse pelas categorias é de organizar o “determinado” e que nasce com a primeira maneira do saber humano. A autora afirma que Aristóteles observa, na *Metafísica*, que é próprio do saber comum ordenar as coisas, distingui-las e determiná-las. Para a autora, estabelecer essas distinções é algo imposto a todo o pensamento que sistematiza a variedade do mundo e complementa salientando que “é do senso comum observar que as coisas individuais unem-se em espécies ou tipo e que até as coisas especificamente diferentes ainda obedecem a classificações genéricas” (ANJOS, 2008, p. 87-88), ou seja, entende-se que classificar fenômenos e objetos é um comportamento natural do ser humano.

Nesse sentido, Anjos (2008, p. 88) também afirma que “Aristóteles foi o primeiro a usar o termo *kategoría* em sentido técnico, no seu tratado *Categorias*”. Na mesma perspectiva, segundo Piedade (1977, p. 10), “Aristóteles deu o nome de categorias ou predicáveis (de *praedicare* = atribuir) às classes gerais em que, segundo ele, podemos situar, ordenadamente, as ideias das coisas”. Assim sendo, Piedade (1983) salienta que Porfírio apresentou em *Isagoge: introdução às Categorias de Aristóteles* os princípios que regem as subdivisões das classificações “denominados predicáveis ou categoremas [...]. Os predicáveis estudados na *Lógica* orientam as classificações científicas e, em parte, as classificações bibliográficas” (PIEADADE, 1983, p. 23). O livro de Porfírio explica, de uma forma extensa, os categoremas que são divididos em: Gênero, Espécie, Diferença, Propriedade e Acidente. Piedade esclarece esses conceitos de uma forma mais sintética e os exemplifica.

Para ela, Gênero “é um conjunto de coisas ou ideias que podem ser divididas em dois ou mais grupos ou espécies” (PIEADADE, 1983, p. 23). Espécies “são os vários grupos resultantes da divisão de um gênero por determinada característica” (PIEADADE, 1983, p. 23). Ou seja, Espécie é um grupo subordinado a um Gênero. Um

exemplo da relação de Gênero e Espécie segundo Piedade (1983) é que animais são seres vivos, eles são divididos em vertebrados e invertebrados. “Animais” é o gênero, vertebrados e invertebrados são espécies. Segundo a autora, as espécies também podem subdividir-se funcionando como gênero em relação às suas espécies (subdivisões). Para ela “uma ideia pode ser espécie em relação a outra e gênero em relação a uma terceira” (PIEADADE, 1983, p. 23).

Piedade (1983) aponta que Diferença é a qualidade que distingue as espécies. A autora exemplifica esse conceito salientando que vertebrados e invertebrados têm características comuns - são seres dotados de sensibilidade e movimento -, porém os vertebrados têm uma particularidade que os outros não possuem “as vértebras são a diferença que distingue a espécie vertebrados” (PIEADADE, 1983, p. 24). Propriedade a autora afirma que é uma “qualidade comum a todos os membros de um gênero” e toma como exemplo que todos os animais respiram, todavia os vegetais também respiram, portanto respirar é uma propriedade dos animais (PIEADADE, 1983). Acidente ela compreende como um atributo que pode ou não se manifestar, para ela é o que aparece acidentalmente, dando o exemplo de que todos os animais racionais possuem olhos, mas alguns têm olhos azuis, portanto a cor dos olhos é um Acidente (PIEADADE, 1983).

Barbosa (1969) conceitua e exemplifica os predicáveis de forma análoga a Piedade (1983). A autora afirma que essas subdivisões sucessivas “explicam num sistema de classificação, a gradação dos assuntos, isto é, dos termos, de grande extensão para os assuntos específicos, ou seja, para termos de grande intensão” (BARBOSA, 1969, p. 15). E ainda complementa que “em todos os sistemas de classificação, a divisão deve partir do geral para o particular” (BARBOSA, 1969, p. 15). Por meio dessa explicação de Barbosa (1969) compreende-se que a estrutura da CDU é composta por temas gerais que se ramificam em subtemas até chegar a um objeto mais específico da temática.

Assim sendo, as classificações filosóficas, segundo Piedade (1977, p.52) “são as criadas pelos filósofos com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, preocupados com a ordem das ciências ou a ordem das coisas”. E as classificações bibliográficas “são sistemas destinados a servir de base à organização de documentos nas estantes, em catálogos, em bibliografias, etc” (PIEADADE, p. 52). Logo, entende-se que ambas contribuem com os Sistemas de Classificação e que,

por meio dessas classificações, é possível reunir, separar, hierarquizar e representar a informação, além de atribuir um local físico para seu armazenamento.

Nessa lógica de ordenação e organização da informação e do conhecimento, Café e Sales (2010) salientam que é preciso organizar para compreender o mundo e melhorarmos nossa comunicação. Assim, com essa finalidade, surgiu a necessidade de organizar as informações. Conseqüentemente percebe-se a imprescindibilidade da organização da informação e do conhecimento. Francelin e Pinho (2011) entendem que organizar e representar o conhecimento vão ao encontro de outra expectativa do ser humano: “conhecer tudo o que se tem publicado pelo mundo” (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 12). Kedrov (*apud* SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 25-26, tradução nossa) define organização do conhecimento como “a unificação de todo conhecimento em um único sistema, no qual a lógica do objeto de estudo e as concepções gerais sobre o mundo e seu conhecimento pelo homem são refletidas”. Assim, para Francelin e Pinho (2011, p. 60) a “organização do conhecimento promove a análise, identificação e seleção de conceitos de uma determinada área do conhecimento ou de uma comunidade discursiva”. Os autores afirmam que a organização do conhecimento promove a representação dos conceitos por meio de uma terminologia de especialidade. Eles têm como pressuposto básico a inclusão social na Organização e Representação do Conhecimento, pois segundo eles, “permite a visibilidade do conhecimento e uma disseminação adequada dos conceitos envolvidos” (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 60). Nessa perspectiva, Francelin e Pinho (2011, p. 10) frisam que: “organizar e representar não são uma necessidade atual, mas sim uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento” (FRANCELIN; PINHO, 2011, p. 10).

Nesse contexto, Brascher e Café (2008) entendem que a organização da informação envolve a descrição física e temática dos documentos. Para as autoras o resultado disso é a representação da informação que é “entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). Logo, a organização da informação e do conhecimento reúne, organiza e seleciona os documentos promovendo sua visibilidade e disseminação. A partir da organização é possível representar a informação. A representação da informação é uma forma resumida da fonte original,

e é com base nela que será possível recuperar os documentos, contribuindo assim para a organização da informação nos sistemas de classificação. Portanto, a organização e a representação de documentos contribuem com a disseminação da informação que é o objetivo final da biblioteca.

Assim, a representação da informação, que abarca a representação física e temática dos documentos, é uma das etapas da organização do conhecimento. Da mesma forma, para Baptista e Araújo Jr. (2010, p. 70) a representação temática ou descrição de conteúdo é uma linguagem bibliográfica que “descreve as informações contidas no documento”. Eles definem o conceito de descrição de conteúdo como:

Um conjunto de operações que descrevem o assunto de um documento, também denominado na ciência da informação por atinência. E que, por meio da abstração da essência temática e de termos e/ou símbolos escolhidos melhor representem o conteúdo informacional (BAPTISTA; ARAÚJO JR, 2010, p. 70)

Os autores salientam que a análise da informação para representar o conteúdo, se dá por meio de: Classificação, Indexação, Sumarização ou Resumo, Terminologia e Linguística (BAPTISTA; ARAÚJO JR. 2010). Para eles, classificação é uma linguagem documentária que permite representar, por meio de descritores, os conceitos de uma área do conhecimento de forma sistemática, obedecendo a uma hierarquia.

No mesmo caminho, Baptista e Araújo Jr. (2010) compreendem Indexação como um processo que se escolhe termo(s) adequado(s) para descrever o assunto de determinado documento, ao passo que, no que se refere a resumo os autores salientam que “deve ser breve, exato e claro” (BAPTISTA; ARAÚJO JR., 2010, p. 70). O resumo é consolidado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) segundo a norma (NBR 6028, 2003) resumo se divide em três: crítico, indicativo e informativo.

Já a Terminologia, para Baptista e Araújo Jr. (2010, p. 71) é entendida como “campo do conhecimento que estuda as linguagens de uma determinada área” para eles essas linguagens são compostas por um conjunto de termos que representam conceitos de áreas específicas. Já a definição de linguística advém do conceito de Saussure, dando destaque à morfologia, à sintaxe e à semântica (BAPTISTA; ARAÚJO JR., 2010).

A respeito de classificação, Nunes (2007, p. 15) afirma que “o conceito atual de classificação da informação tornou-se insuficiente devido ao volume de conhecimento, produzido por todos os ramos das atividades humanas” a autora salienta que:

Para se obter um melhor conceito de classificação, devem-se orientar esforços na associação de conteúdos teóricos e práticos a fim de se modificar a percepção, o uso e as aplicações dos sistemas de classificação da informação (NUNES, 2007, p. 15).

Sendo assim, na sociedade contemporânea existe uma quantidade enorme de produção de informação e isso implica em dificuldades na percepção de atualização dos Sistemas de Classificação. Na literatura brasileira existente sobre essa temática, Piedade (1977, p. 8) define o ato de classificar como “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças”. Para a autora, classificar “é dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos” (PIEADADE, 1977, p. 8). Com isto, nota-se a importância da classificação nos sistemas, visto que representam a compreensão, reunião/separação de conceitos socialmente reconhecidos que supostamente representariam a realidade.

Nesse contexto, Pombo (2003, p. 1-2) complementa o sentido de classificação ressaltando que:

As classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos [...] nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente. Nós não discutimos as classificações a partir das quais o nosso próprio discurso se constrói (POMBO, 2003, p. 1-2).

Portanto, a representação temática ou de conteúdo é um processo de classificação. Classificar, em uma concepção geral, é ordenar, separar, reunir semelhanças e diferenças de documentos, fontes de informações em vários tipos de suporte, ou qualquer outro material, com o objetivo de organizar e possibilitar ou facilitar a recuperação. Sua importância para a Biblioteconomia consiste na ideia de reunir os documentos com características afins e separar os diferentes tipos por áreas do conhecimento. A representação temática identifica e condensa por temas visando, junto com a representação descritiva, a recuperação da informação. A classificação

também permite organizar e recuperar os documentos dispostos em grandes classes e subclasses. Por meio dela representa-se o assunto de determinado documento em Sistemas de Classificação da informação como a CDU. Barbosa (1969, p. 13) define classificar como “a tarefa mais importante de uma biblioteca, pois constitui o meio pelo qual os livros são utilizados”. Para a autora, livro é empregado no sentido mais amplo, podendo ser qualquer tipo de documento.

É importante salientar que existe uma convergência entre os autores de que classificar é algo natural ao ser humano – como um processo mental –, pois classifica-se para compreender e conhecer. Por ser algo natural ao ser humano (ato subjetivo) a classificação é um processo desenvolvido a partir de premissas individuais; podendo acarretar censura, preconceitos entre outras questões. Consequentemente um material classificado de forma equivocada será disposto nas estantes junto a materiais que não correspondem ao assunto tratado, podendo ser comparado com outros assuntos erroneamente. Sendo assim, Barbosa ressalta que: “para que haja esse agrupamento de coisas, semelhantes ou não, é preciso um elemento de ligação que sirva de base para a reunião, esse elemento chama-se característica da classificação” (BARBOSA, 1969, p. 14).

A autora salienta que “é preciso não confundir característica de uma classificação com características de um sistema de classificação” (BARBOSA, 1969, p. 14). Para ela, característica de uma classificação serve para reunir grupos segundo semelhanças, como cor, idade; serve também para separar um grupo em grupos menores. E característica de um sistema significa as qualidades do sistema como: boa expansão, bom índice, notação memorável (BARBOSA, 1969).

Para Piedade (1977, p. 9) “um sistema de classificação inclui disciplinas e fenômenos”. Para a autora, “as disciplinas são ramos do conhecimento, ou formas de conhecimento que estudam um conjunto de fenômenos relacionados ou correlatos. As disciplinas podem ser disciplinas fundamentais ou subdisciplinas” (PIEADADE, 1977, p. 9). Nesse sentido, Barbosa (1969, p. 23) entende que sistema de classificação é “um conjunto de agrupamentos de assuntos coordenados e subordinados por determinadas características. Esses grupos são chamados de classes”. A autora entende que Classe é “o nome dado à reunião dos assuntos que apresentam entre si certo grau de semelhança” (BARBOSA, 1969, p. 23). Logo, sistemas de classificação relacionam, correlacionam, agrupam ou separam

disciplinas, classes ou assuntos a partir de suas características. Os sistemas de classificação também ramificam determinados assuntos.

Piedade (1977, p. 10) ressalta que “os bibliotecários empregam a palavra classificação para designar sistemas de classificação ou símbolos de classificação (descritores codificados)”. Segundo Barbosa (1969, p. 23) “dos vários sistemas existentes, alguns partiram de conceitos filosóficos” como é o caso da CDU. Para a autora “os classificistas procuraram distribuir os assuntos obedecendo ao princípio da sequência útil” (BARBOSA, 1969, p. 23). Para ela, isso significa dizer que é quando os assuntos são subdivididos, que partem do geral para o particular, ou seja, partem “de termos de grande extensão e pouca intensão para termos de grande intensão e pouca extensão” (BARBOSA, 1969, p. 24). A autora entende que todo sistema de classificação apresenta classes coordenadas e subordinadas e que essas relações são ajustadas por certas características que apresentam, formando as classes principais e suas subdivisões até chegar ao assunto mais específico no sistema (BARBOSA, 1969).

Sobre a importância da classificação, Barbosa (1969) relata a situação de que os leitores podem procurar livros de acordo com os seguintes elementos: autor, título, série, tradutor, editor, assunto etc. e salienta que, na maioria dos casos, a busca se dá pelo assunto e que eles precisam encontrá-los reunidos por assuntos semelhantes e correlatos. Segundo ela, daí sobressai a necessidade de classificar os livros, pois só a classificação sistemática permite essa correlação de assunto. Ela complementa que:

Pode-se então definir classificação bibliográfica – isto é, a aplicada aos livros – como o processo de reuni-los em grupos, segundo os assuntos que abrangem, enquadrá-los num sistema pré-estabelecido, dando-lhes, ao mesmo tempo, um lugar certo na coleção, ou seja, uma localização relativa (BARBOSA, 1969, p. 16).

Segundo a autora, a classificação de livros é a classificação do conhecimento humano adaptada aos livros. O livro deve estar localizado em algum lugar da biblioteca e compete à classificação determinar onde estará localizado determinado livro na coleção, sempre observando os assuntos relacionados ao tema que o livro trata (BARBOSA, 1969). Ela justifica essa localização relativa como:

Justamente aquela que permite: a) que novos livros de novos assuntos sejam acrescentados, sem mudar a ordem lógica dos mesmos; b) que novos livros sejam anexados a outros dos mesmos assuntos; c) que os livros troquem de prateleiras, estantes, ou salas, sem perderem suas posições na coleção (BARBOSA, 1969, p. 17).

Para Barbosa “a localização relativa só é conseguida através de uma arrumação ordinal, seja usando letras ou números” (BARBOSA, 1969, p. 17). Alice Barbosa ainda ressalta que se deve a Mevil Dewey o uso dos números para a arrumação dos livros. Segundo ela, os números, mesmo usados decimalmente, eram empregados para localização fixa. O índice relativo foi planejado com esse sentido para que, pautados por ele: “os usuários de uma biblioteca soubessem os diversos aspectos de um assunto e onde encontra-los na coleção, recorrendo às estantes, aos catálogos ou as outras fontes bibliográficas” (BARBOSA, 1969, p. 17).

Nessa perspectiva, segundo Piedade (1977, p. 57) “as classificações bibliográficas procuram estabelecer as relações entre documentos para facilitar sua localização”. Para a autora as finalidades das classificações bibliográficas são “a ordenação dos documentos nas estantes ou nos arquivos; a ordenação das referências nas bibliografias ou das fichas nos catálogos” (PIE DADE, 1977, p. 57). Barbosa (1969, p. 41) entende que “as classificações bibliográficas, tiveram raízes na classificação dos conhecimentos humanos, tendo sido Platão o primeiro a agrupá-las segundo bases filosóficas”. Segundo ela:

É muito antiga a preocupação dos bibliotecários em dar aos livros um lugar determinado nas estantes, mas as primeiras classificações falharam em seus objetivos, por visarem apenas a sistematização dos conhecimentos humanos. Entretanto se se fizer um estudo retrospectivo da história dos sistemas filosóficos, pode-se verificar que eles exerceram grande influência nos modernos sistemas existentes (BARBOSA, 1969, p. 47).

Barbosa (1969) considera que o sistema de Bacon (1605) - baseado nas classificações de Capella e Cassidoro no início da era cristã - foi usado por Brunet (1810), modificado por Harris (1870), adotado com inversão de Dewey (1976) que serviu de base para o grande sistema de Classificação Decimal Universal (BARBOSA, 1969). Nesse sentido, Barbosa (1969, p. 47) salienta que “desde a Antiguidade até hoje, nada existe, na realidade, absolutamente novo, pois todos os sistemas são sempre apoiados em experiências passadas”. Sendo assim, essa afirmação representa que o conhecimento é construído a partir de estudos já feitos

anteriormente e que os sistemas de classificação se apoiam neles, concluímos, então, que sistemas de classificação necessitam ser sempre revistos e atualizados acompanhando, assim, o desenvolvimento das ciências.

Por esse ângulo, Nunes (2007) afirma que a classificação bibliográfica necessita da elaboração dos conceitos para representar melhor seus assuntos, precisa também das categorias e da análise documentária. Ela complementa afirmando que “de acordo com as propriedades de cada objeto, é que se define e se classifica a categoria dele” (NUNES, 2007, p. 50).

Nessa perspectiva, Barbosa (1969, p. 387) salienta que “a Classificação Decimal Universal, conhecida simplesmente como CDU, teve sua origem no sistema de Dewey, publicado pela primeira vez em 1876”. Piedade (1983) complementa que a história da CDU se inicia em 1892, quando os belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1853-1943) tinham um interesse bibliográfico em comum e intenção de melhorar a organização para controlar a bibliografia. Eles fundaram em casa de Otlet, em Bruxelas, “o *Office International de Bibliographie*, com a finalidade de organizar uma bibliografia universal, que intitularam de *Repertoire Bibliographique Universel*” (PIEADADE, 1983, p. 115). Barbosa (1969, p. 387) destaca que “embora decimal e muito expansivo, o sistema de Dewey não tinha a flexibilidade necessária para que assuntos compostos fossem classificados”. Sendo assim, Barbosa (1969) comenta que foi solicitado a Dewey autorização para acrescentar sinais e símbolos com a finalidade de se obter notações mais específicas.

Nesse contexto, a professora McIlwaine (1998, p. 9) destaca que Paul Otlet e Henry La Fontaine “decidiram adaptar a Classificação Decimal de Dewey, que já se encontrava na sua quinta edição”. McIlwaine é autora da obra *Guia para utilização da CDU*, ela ressalta que os belgas expandiram o esquema de classificação de Dewey para atender às suas próprias necessidades adicionando mecanismos e tabelas auxiliares, com isso, acabaram transformando a estrutura, que era apenas numérica, se tornando bem mais flexível e detalhada da *Classificação Decimal Universal* (MCILWAINE, 1998). A primeira edição completa da nova classificação foi publicada entre 1905 e 1907 com o nome de *Manuel du répertoire bibliographique universel*. Segundo a autora:

Posteriormente, esta classificação passou a preceder, em importância, a lista que deveria organizar e, quando sua segunda edição foi publicada no período

de 1927-33, a ideia original de ser apenas uma ferramenta para o *Répertoire bibliographique* foi adotada no desenvolvimento da *Classification décimale universelle*, ou CDU, como um sistema de classificação bibliográfica para qualquer fim (MCILWAINE, 1998, p. 9).

Mcllwaine (1998) frisa que a CDU é dividida em dez grandes áreas, essas áreas são subdivididas até chegar a um assunto mais específico. A professora define área como “um campo fundamental de estudo, como por exemplo, Filosofia, Ciências Exatas, Ciências Sociais, História e Religião” (MCILWAINE, 1998, p. 11). E complementa que “as áreas são formadas por grupos que subdividem-se em subáreas como Física, Química, Economia, Ciências Políticas etc.” (MCILWAINE, 1998, p. 11). Segundo la Mcllwaine a CDU é baseada em classes e afirma que:

Uma classe pode ser definida como um conjunto cujos membros têm alguma coisa em comum. Elas podem ser simples ou compostas. Uma classe simples é uma subdivisão direta [...]. Uma classe composta é formada pela interseção de dois ou mais tipos de conceitos distintos (ou faceta) dentro da mesma classe. (MCILWAINE, 1998, p. 11).

Dessa maneira, Mcllwaine (1998, p. 15) define a CDU como “uma linguagem de indexação e recuperação”. Ela enuncia que a CDU “pode ser comparada a um dicionário que define termos, colocando-os em seus próprios contextos” (MCILWAINE, 1998, p. 15) e afirma que qualquer classe pode ser mudada dependendo da necessidade. Nessa lógica, é importante salientar a ideia das autoras Alba Maciel e Marília Mendonça que afirmam o seguinte:

As tabelas e códigos são úteis na medida em que facilitam a busca, a recuperação e o intercâmbio de documentos e informações [...]. Sua obediência cega pode ocasionar a rigidez, o engessamento do profissional, a hipertrofia desta função em relação a todas as outras, o que certamente ocasiona o distanciamento do usuário da biblioteca (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 28).

Ou seja, para as autoras acima citadas, cada unidade de informação deve ser personalizada à sua clientela e cabe aos profissionais da instituição adotar medidas coerentes com a finalidade da instituição: atrair e informar os usuários. Elas ainda complementam a respeito do processamento técnico salientando que será exercido com maior eficácia se os profissionais utilizarem de sistemas de classificação adaptados ou com expansões adequadas às bibliotecas (MACIEL; MENDONÇA,

2000). Observa-se então que os profissionais deveriam utilizar as tabelas e códigos como guias, porém sem estar totalmente amarrados a eles.

Sendo assim, observa-se que a CDU é estruturada a partir do uso de tabelas principais que compreendem as seguintes classes:

**Quadro 1** - Classificação da CDU conforme área do conhecimento

<b>Classe</b>	<b>Área do Conhecimento</b>
0	Generalidades.
1	Filosofia. Psicologia.
2	Religião. Teologia.
3	Ciências sociais.
4	(vaga)
5	Matemática. Ciências Naturais.
6	Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia.
7	Arte. Recreação. Divertimento. Esporte.
8	Língua. Linguística. Literatura.
9	Geografia. Biografia. História

**Fonte:** Adaptado de Classificação Decimal Universal (2007)

Esta pesquisa esteve interessada em localizar, historicizar e explicar como o tema homossexualidade é apresentado e representado no sistema de classificação escolhido para a pesquisa. Em seguida, no capítulo 2 (dois), iremos abordar e discutir a contextualização da homossexualidade e sua relevância enquanto objeto de estudo.

## 2 CONTEXTUALIZANDO O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE

Atualmente as minorias sociais têm ganhado força em todo o mundo, em especial porque suas lutas por reconhecimento garantem a aquisição de direitos para essa população. Apesar de alguns países assegurarem em suas constituições direitos aos homossexuais, outros punem ações homoeróticas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante promover o bem-estar de todos sem distinção de raça, sexo, idade e origem. Porém, mesmo com avanço na tolerância, ainda se percebe o preconceito enraizado na sociedade.

Segundo McConahay, Hardee & Batts, 1981; Wittenbrink, Judd & Park, 1997 (apud Lacerda, Pereira e Camino, 2002, p. 165) “nas últimas décadas, os países ocidentais desenvolveram normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários”. Nesse contexto, recentemente, o Supremo Tribunal Federal criminalizou a homofobia e a transfobia enquadrando essas condutas na Lei de Racismo enquanto não edita lei específica para o tema. O Conselho Federal de Psicologia (CFB) também se manifestou sobre o assunto, lançando uma resolução que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, a Resolução Nº 001/99. Nela, o CFB salienta que os psicólogos são profissionais da saúde e que independente da área em que atuam é comum ser abordado questões ligadas à sexualidade. O Conselho considera que a forma que cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do indivíduo e salienta que a homossexualidade não constitui em doença, distúrbio ou perversão (CBF, 1999). A Resolução aborda de uma forma geral como os psicólogos deverão se posicionar diante do assunto.

Segundo Fry e MacRae (1985) na política isto é feito por meio de eleições (quando tem), mas, no campo da sexualidade humana, a luta se dá em todas as áreas da sociedade como em delegacias, em bares, em consultórios. Os autores salientam que alguns procuram legitimidade na ciência, enquanto outras pessoas invocam Deus “e é curioso notar que um único Deus pode legitimar tantas diferentes formas de encarar a homossexualidade, enquanto os movimentos homossexuais invocam a legitimidade da representação de uma minoria oprimida” (FRY; MCRAE, 1985, p. 14).

Sobre a temática de sexualidade, Anthony Giddens (1993, p. 9) evidencia que é um “tema que poderia parecer uma irrelevância pública [...]. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público” o autor afirma que o sexo

fala a linguagem da revolução. Giddens (1993) fala que nas últimas décadas ocorreu uma revolução sexual que conduziu à reflexão sobre a sexualidade.

Nesse contexto, Anthony afirma uma emergência do que ele chama de sexualidade plástica. Para ele “a sexualidade plástica é crucial para a emancipação implícita do relacionamento puro, assim como para reivindicação da mulher ao prazer sexual” (GIDDENS, 1993, p. 10). O autor conceitua sexualidade plástica como “a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução” (GIDDENS, 1993, p. 10). Para ele, a sexualidade plástica:

Tem suas origens na tendência, iniciada no final do século XVIII, à limitação rigorosa da dimensão da família; mas torna-se mais tarde mais desenvolvida como resultado da difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias de reprodução. A sexualidade plástica pode ser caracterizada como um traço da personalidade e, desse modo, está intrinsecamente vinculada ao eu. Ao mesmo tempo, em princípio, liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina (GIDDENS, 1993, p. 10).

Posto isso, Alípio de Sousa (2009) trata em seu artigo *Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude* “do preconceito em torno da homossexualidade, considerando algo de sua lógica interna nem sempre percebida como tal: a invenção de causa específica da homossexualidade” (SOUSA, 2009, p. 95).

Segundo o autor teorias e ‘pesquisas’ procuram causas biológicas, psicológicas, sociais, espirituais para a homossexualidade, levando a entender que os indivíduos homossexuais têm qualquer coisa a menos ou a mais que os outros, como se houvesse um gene, hormônio, um instinto congênito ou adquirido, como se fossem indivíduos que sofreram algum ‘desvio’ ou ‘suspensão’ no chamado ‘desenvolvimento sexual normal’ ou ‘inversão quanto ao objeto sexual’. Sousa (2009, p. 95) ainda salienta que “estas últimas sendo crenças muito difundidas ainda hoje entre psicólogos e psicanalistas – confundindo-se todas as correntes – exceções isoladas à parte”.

Sousa (2009) discorre sobre sexualidade afirmando a importância de ressaltar que no processo de colonização do imaginário das sociedades foi naturalizado, na sexualidade humana, a heterossexualidade, como se ela fosse inata, sendo então natural e normal e declara que:

A heterossexualidade vista como inata e inerente à biologia do ser sexual humano, restava à homossexualidade a condição de uma “tendência adquirida” a ser explicada por “causas”, um “fenômeno” a ser esclarecido na história da espécie e na vida dos indivíduos: causa hormonal, causa genética, causa neurogenética, causa psicossocial...? As hipóteses são lançadas (SOUSA, 2009, p. 99-100)

Alípio de Sousa (2009) sustenta a ideia de que existe uma longa história de colonização pelo preconceito nas diversas sociedades representando a homossexualidade como uma exceção, um desvio ou uma inversão na normalidade heterossexual. De fato, o autor apresenta em sua obra que a homossexualidade era pensada como um vício, pecado, crime, doença, perversão ou como um desvio no desenvolvimento sexual. O autor também salienta que a prática da homossexualidade começou a ser representada como um tipo clínico nas sociedades ocidentais no século XIX. Segundo ele:

Em 1870, um texto do médico alemão Carl Westphal, intitulado “As Sensações Sexuais Contrárias”, definiu a homossexualidade como um desvio sexual, abrindo caminho para teóricos da época e seus herdeiros tratarem de descobrir o que, na anatomia ou na história familiar do “doente”, pôde provocar sua “anomalia” (SOUSA, 2009, p. 100).

Desse modo, Sousa (2009, p. 101) comenta que “transformada em anormalidade, a homossexualidade foi, durante um século, combatida ao mesmo tempo como doença, vício, crime e pecado”. O autor ressalta que a homossexualidade só deixou de ser considerada um problema mental com a decisão da Associação dos Psiquiatras Americanos em 1973 (SOUSA, 2009).

Para tanto, apresenta como exemplo o fato de que “Até 1975, as sociedades de psicanálise não aceitavam homossexuais como psicanalistas” (*loc. cit.*, p. 101). E continua, ao afirmar que foi “apenas em 1991 que a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista das doenças” (SOUSA, 2009, p. 101), ou seja, começou a ser tratada como aspecto normal dentro da sexualidade humana.

Para o autor é simples ver que o preconceito age em círculo. Como a homossexualidade é encarada como inversão, desvio, anormalidade, perversão, suas supostas determinações não são encaradas como uma situação normal e saudável, mas como causa de um problema, de um desvio no âmbito da sexualidade dos indivíduos (SOUSA, 2009, p. 97). Ele ainda complementa que “os enredamentos de Freud em torno da homossexualidade deixaram um legado de ambiguidades e

preconceitos, marcando profundamente o imaginário de nossas sociedades” (SOUSA, 2009, p. 97-98).

Entretanto Sousa (2009) afirma que desde o século XIX, a homossexualidade não é mais tratada como “contrária à natureza”, mas permanece a visão de que se trata de uma “tendência sexual” cuja causa certos fatores devem ter influído “num ou noutro caso, estamos no reino das pretendidas causas. O reino da ideologia e do preconceito” (SOUSA, 2009, p. 96). Segundo ele

As teorias variam – entre ideias propostas por religiões como o espiritismo (homossexualidade seria cármica) e teses sustentadas por correntes das psicologias, passando por opiniões de biólogos – mas a conclusão é sempre a mesma: a homossexualidade seria um fato, na vida do indivíduo afetado, que se tornaria possível explicar alguma causa específica (SOUSA, 2009, p. 96).

Assim sendo, Sousa (2009) conclui com uma reflexão e concorda com a posição dos antropólogos Peter Fry e Edward MacRae que tratam do tema no livro *O que é homossexualidade*. Os autores afirmam que “nenhuma das teorias existentes sobre as causas de homossexualidade nos convence e a nossa tendência é tratá-las todas, sem exceção, como produções ideológicas” (FRY E MACRAE, 1985, p. 15).

Para eles, as “teorias dizem muito mais sobre pessoas que as articulam, dos contextos sociais e culturais onde são produzidas do que para a ‘homossexualidade’ em si” (FRY; MACRAE, 1985, p. 15-16). Sobre essa temática, Fry e MacRae (1985) acreditam que a homossexualidade pode ser entendida de diferentes formas de acordo com as ideologias e regiões das pessoas. Os autores dão exemplos de realidades totalmente divergentes e como cada universo pode encarar essa realidade. Eles partem do pressuposto de que:

Não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas a ele associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades (FRY; MACRAE, 1985, p. 10).

Nessa perspectiva, os autores querem tirar a temática da homossexualidade do campo da psicologia e medicina que, segundo eles, têm se apropriado do assunto desde o século XIX, para colocar o tema no campo de estudo da cultura e política no seu sentido mais amplo (FRY; MACRAE, 1985). Segundo eles, estão “apenas aplicando à área da homossexualidade algumas ideias já plenamente aceitas nas

discussões sobre outras áreas do comportamento humano” (FRY; MACRAE, 1985, p. 10).

Peter Fry e Edward MacRae (1985) afirmam que a tendência é acreditar que homossexuais são biologicamente ou psicologicamente diferentes dos heterossexuais, que seu comportamento não é entendido como sociais e sim como psicológicos ou biológicos, “é tido como ‘natural’ que o homossexual masculino seja ‘afeminado’ e a homossexual feminina ‘máscula’ [...]. É também tido por muitos que os homossexuais são doentes ou, ao menos, neuróticos (FRY; MACRAE, 1985, p. 11-12). Dessa forma, os autores argumentam que os homossexuais:

Não sofrem de nenhuma “condição”, mas que acabam, isto sim, sendo levadas por pressões sociais, em grande parte, a desempenhar variações pouco ortodoxas dos papéis sociais normalmente atribuídos aos homens e às mulheres (FRY; MACRAE, 1985, p. 12).

Os autores concluem que “estes ‘papeis homossexuais’ se transformam ao longo do tempo paralelamente a outras transformações sociais” (FRY; MACRAE, 1985, p. 12).

Dessa forma, Fry e MacRae (1985) invocam a postura da antropologia social para legitimar como enxergam a homossexualidade como uma questão política e cultural. Segundo eles, “esta perspectiva ‘antropológica’ e relativizante, que vê a homossexualidade mais como um fato social que fato biológico ou psicológico, é apenas uma opção possível” (FRY; MACRAE, 1985, p. 16).

Sendo assim, o presente trabalho investiga como o tema homossexualidade foi classificado no Sistema de Classificação CDU, nas seguintes edições: 1ª e 2ª edições completas de 1997 e de 2007 respectivamente, bem como a versão online do site do Consórcio da CDU (2019).

### 3 METODOLOGIA

A fim de abordar a questão das classificações da homossexualidade na CDU em suas edições completas em português para o Brasil dos anos 1997 e 2007, respectivamente, e a versão online do site do Consórcio da CDU, optou-se pela metodologia teórico documental para que pudesse localizar historicamente como as classificações de homossexualidade se constituíram e de que modo se apresentaram à medida que foram publicadas as edições do sistema.

A pesquisa teórico documental segundo Severino (2007), caracteriza-se por ser aquela a ser realizada com base em pesquisas anteriores e também se baseia em documentos que não tiveram tratamento profundo “a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (*loc. cit.*, 2007, p. 123). Para ele, a pesquisa bibliográfica é “decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (*loc. cit.*, 2007, p. 122). Já na pesquisa documental, “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (*loc. cit.*, 2007, p. 123).

A partir de um levantamento bibliográfico realizado, buscou-se delimitar os conceitos de classificação e organização da informação e do conhecimento na perspectiva da biblioteconomia. Para apresentar o tema da sexualidade e homossexualidade, buscou-se a abordagem dada pela antropologia, que vem ampliando a discussão na área de Biblioteconomia. Foram consultadas as bases de dados da Biblioteca do Senado, do SciELO, da Biblioteca de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT), Anais de encontro de Ciência da Informação, Bibliotecas virtuais de universidades. Para a pesquisa foram utilizadas, também, as edições completas em língua portuguesa da CDU dos anos de 1997, 2007 e a versão online do sistema.

A CDU possui edições médias, abreviadas, especiais, completas. Foi utilizada nesta pesquisa as edições completas do sistema. Em sua primeira edição completa (1997), o termo homossexualidade é classificado com o número 613.885, que equivale a Ambivalência Sexual; Intersexualidade; Homossexualidade, sendo classe

subordinada a 613.8 - Higiene do sistema nervoso; Higiene e moral conforme mostra o Quadro 2.

### **Quadro 2 - Classificação de homossexualidade em 1997**

6 - Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia.  
 61 - Ciências Médicas.  
 613 - Higiene em geral. Saúde e higiene pessoal.  
 613.8 - Saúde e higiene do sistema nervoso. Saúde e moral.  
 613.88 - Higiene sexual. Educação sexual. Vida sexual.  
 613.881 - Excessos sexuais. Libertinagem, devassidão, promiscuidade.  
 613.882 - Prostituição.  
**613.885 - Ambivalência sexual. Intersexualidade. Homossexualidade.**

**Fonte:** Adaptado de Classificação Decimal Universal (1997)

Na segunda edição existem duas classificações representando o tema. Uma está coordenada aos mesmos temas da primeira edição: 613.881 - Excessos sexuais; Libertinagem; Promiscuidade, 613.882 - Prostituição. conforme mostra o quadro 3.

### **Quadro 3 - Classificação de homossexualidade em 2007**

6 - Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia.  
 61 - Ciências Médicas.  
 613 - Higiene em geral. Saúde e higiene pessoal.  
 613.8 - Saúde e higiene do sistema nervoso. Saúde e moral.  
 613.88 - Higiene sexual. Educação sexual. Vida sexual.  
 613.881 - Excessos sexuais. Libertinagem. Devassidão. Promiscuidade.  
 613.882 - Prostituição.  
**613.885 - Ambivalência sexual. Intersexualidade. Homossexualidade.**

**Fonte:** Classificação Decimal Universal (2007)

A outra classificação da segunda edição para homossexualidade apresenta conceitos novos. Homossexualidade está subordinada a Psicopatologia sexual; Anormalidades Psicosexuais; Inversões, desvios, perversões sexuais; Erotomania; Satíriase. Ninfomania. Homossexualidade está representada pela classificação 616.89-008.442.36 - Inversões sexuais; Homossexualidade. Como mostra o quadro 4.

#### Quadro 4 - Segunda classificação de homossexualidade em 2007

6 - Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia.  
 61 - Ciências Médicas.  
 616 - Patologia. Medicina clínica.  
 616.8 - Neurologia. Neuropatologia. Sistema nervoso.  
 616.89 - Psiquiatria. Psiquiatria patológica. Psicopatologia. Frenopatias. Psicoses.  
 Anomalias mentais. Estados mentais patológicos. Distúrbios emocionais e do comportamento.  
 616.89-008 - Distúrbios mentais e seus sintomas. Sintomatologia psiquiátrica.  
 616.89-008.44 - Distúrbios dos sentimentos, emoções, instintos e paixões.  
 616.89-008.442 - Psicopatologia sexual. Anormalidades psicosexuais. Inversões, desvios, perversões sexuais. Inclusive Erotomania. Satiríase. Ninfomania.  
**616.89-008.442.36 - Inversões sexuais. Inclusive Homossexualidade.**

**Fonte:** Classificação Decimal Universal (2007)

Na versão online<sup>2</sup> do sistema no site do UDC Consortium. O tema aparece na CDU na classe 3 Ciências Sociais, representado pela classificação 316.367.7 – Relações homossexuais. Subordinado a Relações sexuais e práticas sexuais do ponto de vista da estrutura social; Casamento e família; Sociologia. Como mostra o quadro 5:

#### Quadro 5 - Classificação de homossexualidade na versão online

3 - Ciências Sociais  
 31 - Estatísticas. Demografia. Sociologia  
 314/316 - Sociedade  
 316 - Sociologia  
 316.3 - Estrutura Social. A sociedade como sistema social  
 316.36 - Casamento e família  
 316.367 - Relações e práticas sexuais do ponto de vista da estrutura social  
**316.367.7 - Relações homossexuais. Relações entre gays e lésbicas**

**Fonte:** Classificação Decimal Universal (2019c)

<sup>2</sup> <http://www.udc-hub.com/index.php>

A segunda opção de classificação para homossexualidade aparece na classe 6 Ciências aplicadas; Medicina; Tecnologia. Todavia o sistema retirou a categorização da temática relacionada à patologia ou à prostituição, como na publicação de 2007. Na versão online o tema aparece na subdivisão 613 - Higiene em geral; Saúde e higiene pessoal; representado pela classificação 613.880 - Comportamento sexual; Prática Sexual. Nesta o tema homossexualidade está coordenado a heterossexualidade e bissexualidade conforme apresenta o quadro 6.

**Quadro 6 - Segunda classificação de homossexualidade na versão online**

6 - Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia
61 - Ciências médicas
613 - Higiene em geral. Saúde e higiene pessoal
613.8 - Saúde e higiene do sistema nervoso. Saúde e ética
613.88 / .89 Sexologia. Vida sexual. Higiene sexual. Sexualidade humana no geral.
613.880 Comportamento sexual. Prática sexual
613.880.2 Orientação sexual. Atitude sexual, preferência, afinidade
613.880.25 Heterossexualidade
<b>613.880.26 Homossexualidade</b>
613.880.27 Bissexualidade. Pansexualidade/ omnissexualidade

**Fonte:** Classificação Decimal Universal (2019c)

A construção teórico documental expando quais são os conceitos que abordam tanto os sistemas de classificação quanto a homossexualidade, serviram de base para fundamentar as categorias de análise do sistema de classificação e situar o tratamento do tema da homossexualidade dado ao longo dos anos.

A partir da coleta dos dados referentes à temática dentro das três versões analisadas é possível apontar as atualizações realizadas no sistema de classificação biblioteconômico referentes ao tratamento do assunto homossexualidade, discutidos no capítulo a seguir.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando as duas edições completas: 1ª e 2ª de 1997 e 2007, respectivamente, da CDU e o site<sup>3</sup> do *UDC Consortium* (2019), percebe-se que as classificações que representam a homossexualidade sofreram atualizações ao longo dos anos.

Na primeira edição sequer existe classificação determinante para heterossexualidade e bissexualidade. A CDU classifica sexualidade na classe 5 - Matemática e Ciências Naturais, porém o sistema não vincula homossexualidade à sexualidade. A classificação para homossexualidade está determinada na classe 6 - Ciências aplicadas, Medicina e Tecnologia. A CDU classifica o assunto apenas na área que aborda sobre Ciências Médicas. Sendo assim o sistema sugere que profissionais classifiquem materiais que abordem sobre esse tema em área das ciências médicas, subordinado a assuntos que tratam de saúde e higiene do sistema nervoso, saúde e moral, não vinculando à sexualidade mesmo existindo classificação para tal.

Em 2007 foi lançada a segunda edição, versão mais atual impressa no Brasil. Utilizada por várias bibliotecas, inclusive a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás. Foram percebidas mudanças na abordagem do tema. A expressão Homossexualidade foi classificada a partir de duas vertentes: uma em psicopatologia sexual e a outra em higiene, educação e vida sexual. Nesta edição, o termo da homossexualidade está relacionado a assuntos como excessos sexuais, libertinagem, devassidão, promiscuidade e prostituição. A segunda opção de classificação para o tema está subordinada a psicopatologia sexual, anormalidades psicosexuais, inversões, desvios, perversões etc. A forma de classificação apresentada nas referidas edições – 1ª e 2ª edições de 1997 e 2007 respectivamente – demonstra que o tema é tratado com preconceito, discriminação, tornando-se pouco elucidativo.

Na segunda edição aparece também novas classificações sobre a temática da sexualidade, a CDU equipara e classifica bissexualidade com uma das classificações já existente de homossexualidade – a que trata de psicopatologia. Nessa nova versão também há atualizações sobre sexualidade na tabela auxiliar de pessoa, definindo classificações para pessoa homossexual, pessoa bissexual e pessoa heterossexual.

---

<sup>3</sup> <http://www.udc-hub.com/index.php>

A atualização realizada no sistema de classificação da 1ª (1997) para a 2ª (2007) edição aponta para um desconhecimento das abordagens que a ciência tem realizado em torno do tema e determina que homossexualidade e bissexualidade sejam tratadas como patologia na área da saúde e sequer menciona o termo heterossexualidade. Isso nos permite interpretar que, nas duas edições, a heterossexualidade não seria objeto de identificação na classificação do conhecimento, pois, supostamente trata-se da sexualidade natural do ser humano, visto que outras sexualidades estão classificadas como patologias ou associadas à prostituição.

Na 2ª edição percebe-se ainda que a CDU determina uma única classificação para termos que tratam de homossexualidade e bissexualidade, como se não houvesse diferença entre os conceitos. Nesse sentido, seria imprescindível que as temáticas fossem abordadas considerando a diversidade sexual, afetiva e de gênero não equiparando homossexualidade à bissexualidade.

A falta de consistência e abrangência do sistema de classificação para abordar o tema da homossexualidade faz com que o tratamento da informação seja realizado equivocadamente pelo bibliotecário que seguirá a determinação da CDU e conseqüentemente induzirá o usuário ao preconceito e discriminação.

É necessário que, ao se fazer a representação temática, os classificadores se aprofundem no assunto e atuem de forma mais crítica para não se restringirem à forma genérica que o sistema de classificação apresenta os temas. Sendo assim é fundamental, no processo de classificação temática, que se faça adaptações quando necessário a fim de promover classificações livres de preconceitos, censura ou outras formas de discriminação e desinformação, afinal a biblioteca existe para informar os usuários e para isso necessita de uma ordenação que represente a diversidade da realidade, adotando a congruência de assuntos dispostos nas estantes.

A versão online do sistema que, segundo eles “o UDC Online está sempre alinhado com a versão oficial mais recente do arquivo de referência principal do UDC”. Nessa versão percebe-se uma nova atualização das classificações das sexualidades humanas. A CDU online apresenta, finalmente, a classificação para heterossexualidade, que se encontra coordenada às classificações de homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, compreendendo um agrupamento dessas sexualidades. O sistema classifica todas elas em sexualidade

humana no geral e estão subordinadas à saúde e higiene do sistema nervoso, saúde e ética.

Nesta versão a CDU mantém uma classificação para homossexualidade na classe 6 – Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia. Está relacionada à heterossexualidade, à bissexualidade etc., e finalmente inclui uma nova classificação para a temática na classe 3 – Ciências Sociais sendo representada como relações homossexuais. Ao se digitar *homossexuality* (tradução para homossexualidade) o sistema faz uma remissiva para a classificação de relações homossexuais. A classe 3 aborda sobre ciências sociais e legitima as formas de relações existentes.

Percebe-se uma evolução do sistema em sua versão online, visto que o consórcio da UDC introduziu homossexualidade na classe 3 – Ciências Sociais e trocou sua posição na classe 6 – Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia. Retirando de assuntos que tratam de patologia e incluindo em assuntos que tratam da sexualidade humana no geral.

A UDC online trata-se de uma versão do sistema de classificação totalmente atualizada, passível de acesso mediante assinatura ou disponibilização de um teste grátis por uma semana por meio de e-mail institucional. Configura-se demasiadamente dispendiosa, principalmente ao se deparar com a realidade das bibliotecas brasileiras, além de não estar disponível na língua portuguesa tornando ainda mais inviável sua utilização.

Apesar disso, mesmo com a versão online tratando a homossexualidade de uma forma mais coerente, reconhecendo outras formas de classificar o tema, essa forma de classificação ainda é considerada uma ação longínqua das bibliotecas. Na prática as bibliotecas utilizam o sistema em sua versão impressa. A edição mais atual completa é a de 2007 que apresenta essas classificações discutidas anteriormente para a temática da homossexualidade.

Ou seja, profissionais em Biblioteconomia ao utilizarem de um sistema defasado, que aguarda o lançamento da 3ª edição e conseqüente atualização, podem se deparar com classificações consideradas impróprias das mais variadas formas. Sendo assim, visto que a edição completa impressa mais atual foi lançada há 13 (treze) anos, faz-se necessário que os bibliotecários tenham uma visão aprofundada dessas categorizações determinadas pela CDU com a finalidade de proporcionar representações da realidade isentas de juízos de valores, preconceitos etc.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas nas edições da CDU referentes aos anos 1997 e 2007 considerou-se a abordagem da homossexualidade do ponto de vista da antropologia. A forma que a CDU trata a temática revela desinformação, e desconsidera os avanços de estudos realizados na abordagem da temática. O espaço de tempo de 10 (dez) anos existentes entre uma edição e outra não é capaz de apresentar o desenvolvimento social e científico da abordagem em torno da temática da homossexualidade. Percebe-se que houve um retrocesso na representação do tema diante dos avanços teóricos ocorridos na área pois tanto na edição de 1997 quanto na de 2007 a classificação de homossexualidade está subordinada a higiene sexual, educação sexual e vida sexual, e ainda relacionada à prostituição, promiscuidade e devassidão. A atualização de 2007 ainda entende a homossexualidade como subordinada a distúrbio, psicopatologia etc.

Durante a realização do trabalho, como curiosidade, solicitou-se resposta do *UDC Consortium* referente à data da próxima publicação impressa do sistema. A resposta obtida foi que existia a possibilidade de uma 3ª edição impressa em português, porém, até a data de encerramento da pesquisa, nada foi publicado.

Dessa forma, diante dos avanços de inserção da comunidade LGBT na sociedade e das conquistas, como a criminalização da homofobia, nota-se que mudanças legislativas podem contribuir na conquista de espaço e inclusão na sociedade. Por essa razão, ao se observar esses progressos nos últimos anos, verifica-se que não é tolerável que a tabela de classificação não consiga representar o tema, deixando falho o sistema de classificação.

Entretanto, é bom ressaltar que esse avanço do sistema online acompanha o desenvolvimento, mas não acompanha na totalidade a representação do tema na tabela de classificação. A CDU precisa ser revista permanentemente porque os conceitos se alteram e precisam ser reajustados no sistema para bem representar a realidade. Apesar disso, reconhecemos que é um trabalho complexo, repleto de dificuldades, tanto em acompanhar apropriadamente as mudanças quanto em recursos humanos e materiais para tais alterações.

Assim, entendemos que diante desse excesso de informação produzida na sociedade atual torna-se praticamente impossível a atualização na abordagem de

todos os temas tratados na CDU, porém, é papel do bibliotecário atuar enquanto mediador na classificação apropriada dos itens, já que trata-se de sistema facetado, e conseqüentemente, que permite novas abordagens a partir das tabelas pré-existentes.

Conclui-se, portanto, que a biblioteca, com o propósito de informar e promover a formação de seus usuários, prescinde de profissionais que atuem de forma mais consciente ao realizar suas atividades, pois, mesmo o sistema determinando classificações carregadas de preconceito, cabe ao bibliotecário tomar a decisão de que forma irá classificar os materiais.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, L. **Sistemas de classificação do conhecimento na Filosofia e na Biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos da classe, de categoria e de faceta. 2008. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10112010-114437/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JR., Rogerio Henrique de; CARLAN, Eliana. Atributos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). In: Jaime Robredo e Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. Capítulo 3, p. 61-80. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/189812>. Acesso em 02 dez. 2018.
- BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBICT, 1969. 441 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1001>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- BRASCHER, M. ; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016>. Acesso em 27 nov. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da república, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jun. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 26/DF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- CAFÉ, Lígia; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010, 335 p. Capítulo 6, p. 115-129. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/189812>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- Classificação Decimal Universal**: edição padrão internacional em língua portuguesa / [tradução do original inglês Francisco Figueiredo Lima de Albuquerque e Maria Thereza Guimarães Ferreira de Albuquerque; revisão Antonio Agenor Briquet de Lemos]. Brasília: IBICT, 1997-1999. 2 v.

**Classificação Decimal Universal** / [UDC Consortium; organização e tradução do original em inglês: Odilon Pereira da Silva; revisão: Fátima Ganim]. 2. ed., padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: Ibict, 2007. 2 v.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 001, de 22 de março de 1999**. Brasília, DF, mar. 1999. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/lei/normas-de-atua%C3%A7%C3%A3o-para-os-psicologos-em-relacao-a-questao-da-orienta%C3%A7%C3%A3o-sexual-cfp?origin=instituicao>. Acesso em: 06 dez. 2018.

DAHLBERG, I. Fundamentos teóricos-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jul., 1978. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000008680/d916f9db3d4f8048d74b8d0b77013a07>. Acesso em: 01 maio 2019.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fabio Assis. **Conceitos na organização do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

FRY, P. ; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

LACERDA, M; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 jun 2019.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro; Niteroi: Interciência: Intertexto, 2000.

MCILWAINE, I.C.; LIMA, G. A. B. **Guia para utilização da CDU: um guia introdutório para o uso e aplicação da Classificação Decimal Universal**. Brasília: IBCT, 1998.

**NBR 6028: Informação e documentação - Resumo - Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

NUNES, L. **Da classificação das ciências à classificação da informação: uma análise do acesso ao conhecimento**. 2007. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/803>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PIEIDADE, M.A.R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PIEIDADE, M.A.R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 2ª ed.

POMBO, O.. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, nº 2, 1998, p. 19-33. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

PORFÍRIO. **Isagoge**: introdução às Categorias de Aristóteles. Tradução, introdução e comentários de Bento Silva Santos. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización el conocimiento en las bibliotecas españolas. Universidad Carlos III de Madrid. Boletín Oficial del Estado Madrid, 1996. Disponível em: <https://bvhumanidades.usac.edu.gt/items/show/611>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA Filho, A. de. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. *In*: JUNQUEIRA, Rogerio Diniz (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: SECAD: Unesco, 2009.

UDC. **Universal Decimal Classification** *online*. Disponível em: <https://udc-hub.com/index.php>. Acesso em: 04 mar. 2019.